

## LEGALIZAÇÃO DO ABORTO O DESAFIO LATINO-AMERICANO E A EXPERIÊNCIA URUGUAIA



Ilustração: Revista Mujer Fempress nº 78

*O processo de luta pela legalização do aborto, no Uruguai, teve um momento marcante entre 2003 e 2004, quando esteve em debate no parlamento uruguaio o Projeto de Saúde Reprodutiva, que acabou não sendo aprovado pelo Senado por apenas quatro votos.*

*De acordo com Lilian Celiberti, da organização Cotidiano Mujer, a ação feminista pela aprovação do projeto é parte de uma acumulação histórica de muitos anos, que tem relação com mudanças na sociedade uruguaia, em geral, e com as mudanças que essa sociedade produziu, entre as quais o descenso dos matrimônios, o aumento do número de divórcios, o aumento das uniões entre pessoas do mesmo sexo e outras mudanças familiares.*

*O Projeto debatido no parlamento, que propôs um conjunto de ações de políticas públicas em torno da saúde reprodutiva é, portanto, na visão de Lilian, um fato paradigmático que expressa também essas mudanças na sociedade e, assim, não se refere apenas à escolha entre legalizar ou não o aborto, mas a toda uma rede de relações entre este direito e os outros âmbitos da vida social e política.*

### Quais foram os principais desafios no processo recente de luta pela legalização?

**Lilian Celiberti** – Um desafio foi como fazer uma campanha voltada para esta sociedade, mais secularizada e mais livre em sua forma de atuação; outro, foi o de tirar o tema da legalização do aborto de uma dicotomia, a que coloca as pessoas apenas frente à questão de estar contra ou a favor. Ninguém está a favor do aborto em seu sentido ontológico. O que se coloca como questão é o direito de decidir livremente quantas/os filhas/os ter e quando uma gravidez é desejada. A questão é como suscitar os direitos sexuais e os direitos reprodutivos no campo dos direitos das mulheres e dos homens e dos casais como parte do controle a suas próprias vidas. Portanto, o desafio para nós

feministas é dialogar com as dinâmicas reais existentes na sociedade. O aborto é uma realidade, não são as feministas que o promovem. As mulheres abortam: as ricas, as pobres, as atéias, as que têm crenças religiosas. E os homens com os quais engravidaram participam também, seja por omissão, seja por ação. Portanto, estamos apenas constatando uma realidade que, na correlação de forças na sociedade, traz mais riscos para as mulheres pobres, que sofrem mais consequências no campo da saúde, de sua integridade física. Assim, o ponto é: como se garante o “direito a decidir” de todas as pessoas, em pé de igualdade? Por que se estabelece a criminalização do aborto e uma situação não legal para esta decisão, mas, contraditoriamente, não se criminaliza a pobreza, que impede que inúmeras mulheres



possam interromper uma gravidez em condições seguras para sua saúde? Portanto, a criminalização do aborto é discriminatória. Se a pobreza atenta contra a vida das pessoas da mesma forma, o que está em xeque é a capacidade das pessoas de decidir sobre a vida reprodutiva, que é uma questão tão ou mais grave do que a pobreza e que vincula-se à realidade. Então o desafio frente à realidade do aborto – que existe, não a inventamos nós, as feministas – é nos somarmos a outras vozes, a outras e outros atores sociais pela liberdade de decidir.

#### Nesse sentido, que passos foram dados?

**Lílian** – Trabalhamos no sentido de mostrar como, em todos os níveis sociais, havia pessoas, pessoas públicas como professores/as de universidades, artistas, esportistas, que estavam a favor da não criminalização e de um projeto amplo destinado a garantir direitos sexuais e direitos reprodutivos, que compreendia a educação sexual, o acesso a métodos contraceptivos, a políticas de educação, a serviços públicos. Ou seja, um projeto global que tocava, inclusive, no momento culminante e em tudo o que vem antes de uma gravidez, na perspectiva de garantir o direito de decidir.

#### Que lições você destacaria do processo, na relação com o Estado e a Igreja?

**Lílian** – De fato, a relação com as/os parlamentares foi muito estreita, mas garantindo uma campanha autônoma da sociedade, que foi conduzida com essa interlocução e com essa autonomia. A ação no parlamento tem seus protagonismos, mas a ação da sociedade incorporaram vozes, influenciaram a opinião pública e, a um dado momento, 63% da população pesquisada se manifestou a favor do projeto. Portanto, é fundamental a presença da sociedade civil, que pressionou neste sentido. A Igreja

Católica, particularmente, fez pronunciamento contrário e outras Igrejas participaram, tratando de contactar a opinião pública e pressionar. Claro que a Igreja tem mais capacidade de se pronunciar e, no espaço público, os atores não têm o mesmo poder e isso nunca haverá nesta temática. Além disso, também é muito difícil que em um partido exista a unanimidade sobre este tema. Portanto, existe um debate que se abre na sociedade em que envolve as/os próprias/os deputadas/os. Deve ser, portanto, realizada uma campanha nos meios massivos de comunicação, onde se escute a pluralidade de vozes. Se esta temática fica restrita a apenas uma voz, certamente ficará mais fácil a possibilidade de que seja manipulada a opinião pública. Assim, na relação com a sociedade é preciso atuar para o convencimento de outros atores sociais, sendo as mulheres e as/os jovens fundamentais neste debate, não devendo ficar de fora outros atores, os homens em particular, que também são responsáveis pelo ato de abortar.

#### Como você percebe a continuidade deste debate no Uruguai?

**Lílian** – Este ano, instalou-se um novo governo e isso também significa, de alguma maneira, um momento importante, dado que é neste momento quando são aprovados os pressupostos para todos os cinco anos de governo. Também nos deparamos com um novo parlamento, que se apresenta com uma correlação de forças mais complexa para que impulsionemos esta iniciativa, sobretudo diante do pronunciamento contrário do presidente da República, ao tomar posse, em março deste ano. Então, apesar desta dimensão política complexa, nós feministas e outros atores sociais vamos continuar esta batalha no próximo ano, atuando em defesa dos direitos sexuais e dos direitos reprodutivos, que fazem parte da ampliação da democracia em nosso país e na América Latina.